

PROTESTANTISMO E ESTADO NOVO

Dr. João Marcos Leitão Santos

Universidade Federal de Campina Grande

tmejph@bol.com.br

Há uma recorrência nos estudos sobre o protestantismo que remontam as teses do professor A. G. Mendonça, reconhecidamente um dos mais profícuos estudiosos do protestantismo no Brasil, teses acompanhadas quase procissão, cuja hipótese afirma a modesta incidência do protestantismo sobre a cultura e a sociedade brasileiras. Todavia, parece que escapou ao professor Mendonça, sociólogo, o universo dos silêncios na história. Ao procurar evidências materiais ou formais de um projeto político ou de influências culturais do protestantismo no Brasil, passou à margem de outras configurações enunciativas relevantes.

Em um dos seus últimos trabalhos (2003) o professor Mendonça reconhece que os protestantes buscavam formas de representação e reconhecimento na sociedade. Há que lembrar-se que ao lado de expressões institucionais, não se pode margear outros mecanismos de inserção sócio-política do protestantismo, como se pode inferir deste depoimento de Alves Lima, ao se referir ao pastor-missionário George Nash Morton, um dos principais líderes do presbiterianismo, como “... fundador, por assim dizer, da geração que veio a influir diretamente sobre os destinos da minha terra...” sendo que entre aqueles que com ele estudaram ou pertenceram ao seu círculo de relações estavam alguns que galgaram “as mais altas posições da república” e Lima chega mesmo a descrever Morton como “um dos motores mais silenciosos na organização do partido republicano em São Paulo”. Uma vez que era mesmo “amigo de Prudente de Moraes, Campos Sales, Francisco Glicério e outros...” (LIMA, 1926, p. 57, 59). Nisto é corroborado por Ribeiro, que os protestantes desde sempre “...garantiam sua liberdade religiosa, [via] o interesse e a ação de personagens altamente colocados na sociedade imperial” (RIBEIRO, 1973, p. 85).

É fato que o protestantismo brasileiro em geral se caracterizou por certa antítese a teologia calvinista originária, realçando a liberdade individual e o igualitarismo, resultado de influências do pietismo, que entendia a experiência histórica dos indivíduos

como uma peregrinação para o além, implicando muitas vezes no conformismo com o ambiente circundante, o que restringia a expectativa de inserção sócio-política.

Nesta reflexão nos propomos a indicar uma ação coletiva do protestantismo, nuançado como resposta a contrapropaganda do catolicismo brasileiro em relação aos protestantes, mas que constituía uma plataforma política para o Brasil, que foi apresentado em forma de Manifesto à Nação, resultado do Congresso Evangélico Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, entre 30 de abril e 02 de maio de 1931.¹

1. Projeto e estratégia.

Tradicionalmente o protestantismo tem entre suas marcas uma alegada identidade com a ideologia liberal, e isso foi instrumento de aproximação com tais valores, no plano político, em discussão durante o período imperial. Uma estratégia prioritária foi a penetração através da prática educativa que atendia simultaneamente a dois interesses. Do ponto de vista ideológico, a referida filosofia liberal pretendia ser instrumento de mudanças na sociedade e na cultura brasileiras, através principalmente da cooptação das elites, análoga a prática em curso na educação católica; do ponto de vista religioso era a instrumentalização da prática educativa com fins conversionistas e proselitistas (Cf. SANTOS, 2005).

O modelo modernizante, o estudo de línguas modernas, fazia com que as escolas protestantes progressivamente representassem um atrativo em setores progressistas da sociedade. Segundo Mendonça,

vieram ao encontro da racionalização de parte da burguesia liberal, de programa de mudanças que começavam a ser ensaiadas... num período em que as classes sociais no Brasil ainda não estavam definidas suficientemente e que a elite dirigente era muito reduzida, não era desmedida a ambição de mudar a mentalidade desta elite através da Educação.(MENDONÇA, 1984, p. 110).

O missionário pioneiro dos batistas no Brasil, William Bagby, em carta a sede da missão nos Estados Unidos escrevia:

tais colégios *prepararão o caminho para a marcha das igrejas...* colégios fundados nestes princípios [individualismo, liberalismo, democracia], triunfarão sobre todo o inimigo e conquistarão a boa vontade até dos nosso adversários. Mandai missionários que estabeleçam colégios evangélicos e o poder irresistível do evangelho irá avante (CRABTREE, 1937, p. 50)(grifo nosso).

¹ Constitui-se em parte de um projeto de pesquisa maior intitulado *A Concepção da Ordem Social segundo o protestantismo brasileiro 1891-1930*.

Estas iniciativas ao lado de outras práticas e de uma referência teológica de matriz americana, – além de ensaios de planos cooperativos verificados no plano continental, que aproximou metodistas, presbiterianos, e às vezes, anglicanos –, revelam *efetivamente* um projeto de sociedade idealizado para o Brasil sob influxo da ideologia protestante, e se traduziu, por exemplo, na “realização de uma Aliança Evangélica Brasileira, aspiração expressa dos presbiterianos”.

Nos Estados Unidos, a Convenção Batista de Richmond, estimulada por informações que recebia dos seus analistas (como a de Bagby mais tarde), nomeou uma comissão em 1859 para apreciar a viabilidade de uma ação missionária no Brasil, que ofereceu o seguinte parecer:

A comissão ficou especialmente impressionada com a consideração apresentada pela Junta a favor do Brasil como um campo novo. Cremos que os missionários de nenhuma outra parte do mundo cristão poderiam operar tão eficazmente entre aquele povo como os missionários enviados pelas igrejas da nossa Convenção (CRABTREE, op. cit. p. 37).

A inserção religiosa objetivava, *pari passu*, o estabelecimento de uma mentalidade protestante e a promover a adesão religiosa. “O princípio do individualismo religioso - antítese do caráter magisterial do catolicismo tridentino – seria, na opinião dos missionários, inevitavelmente disseminado através da educação, que trazia consigo uma conotação política determinada: a democracia”. (CRABTREE, op. cit., p. 140).

A estratégia era, no dizer do mesmo autor, demonstrar - pela via educacional - a superioridade da civilização americana (democracia, individualismo, igualdade de direitos, responsabilidade pessoal, liberdade intelectual e religiosa) e conseqüentemente do sistema religioso que lhe oferecia suporte, o protestantismo. A democracia “só era possível” a um povo educado e isto incluía as próprias elites nacionais, objeto privilegiado daquela estratégia educacional protestante.

Inequivocamente este conjunto de iniciativas, ideologicamente informadas, representava um projeto sócio-político, uma vez que, como afirma Adalberto Carvalho “sempre as sociedades sofrem a intervenção generalizada, mas assumida e consciente, de projetos portadores de modelos axiológicos heterodoxos que reivindicam o seu direito a co-existir...” (CARVALHO, 1996, p. 161). Segundo Mendonça, a grande disposição das missões protestantes em investir na educação “se fundamentava na

convicção de que a implantação do protestantismo no Brasil defrontava-se com um conflito ideológico” (MENDONÇA, op.cit. p. 9).

Segundo Jether Ramalho, o missionário Morton “...quer os filhos da elite nacional, para educá-los no modelo cultural protestante, ainda que não venham a tornar-se protestantes... pretende lançá-los contra o *status quo* como agentes de mudanças sociais que julga necessárias (RAMALHO, 1989, p. 27).

Os protestantes saudaram entusiasticamente o advento da República, em 1891, como uma aurora a trazer benefícios para o seu empreendimento missionário, assim, quando a esposa do missionário Taylor escreveu a imprensa missionária americana sobre o fato, refere-se a “eventos incandescentes”, e continua:

Nunca foi realizada tão dignamente uma grande revolução – sem violência e sem derramamento de sangue. O governo de uma nação poderosa mudou dentro de uma hora com perfeita harmonia... sem os horrores da guerra (...) *o novo governo está se mostrando inteiramente digno de confiança e apoio*. Todos os seus atos até agora são de contribuir para a prosperidade do país. Esperamos para breve a separação da Igreja e o Estado, a liberdade religiosa, a secularização dos cemitérios, o casamento civil e outras reformas (CRABTREE, op. cit. p. 72) (grifos nossos).

A missionária metodista Martha Watts também expressa o mesmo entusiasmo:

O Brasil está indo para frente, e devemos seguir com ele, carregando a religião do Evangelho, pois os líderes não percebem a necessidade de eles próprios o buscarem. Eu não escrevi sobre a República, mas digo que a vida tem tido um sentido maior no Brasil desde 15 de novembro de 1889. Desde 7 de janeiro – dia de oração pelas nações – todos os homens são livres para louvar a Deus de acordo com o que dita suas próprias consciências neste Brasil beato e dirigido por padres. “Glória a Deus nas alturas!” (MESQUITA, 2001, p. 90).

O entusiasmo se compreendia pela expectativa, sempre alimentada pelos protestantes, da separação igreja-estado e pelos termos do decreto republicano que punha termo ao modelo consagrado em quatrocentos anos de padroado, momento amargamente descrito pelo padre Júlio Maria como fim de “todas as suas instituições, recursos e prerrogativas” do catolicismo uma vez que

proíbe ao Estado legislar sobre religião, concede a todas as confissões religiosas o direito ao exercício de seu culto, sem obstáculos aos seus atos particulares ou públicos, assegurando a liberdade religiosa, não só aos indivíduos, isoladamente considerados, mas ainda às igrejas que os unem numa mesma comunhão, estabelecendo a personalidade jurídica para todas as igrejas e comunhões religiosas e mantendo a cada uma o domínio de seus bens (MARIA, 1981, p. 103).

Como temos referido em outras tantas ocasiões o protestantismo é, em geral, um sujeito social ausente nas investigações dos processos históricos da sociedade brasileira,

cujas razões remetem ao caráter tardio do protestantismo que se estabeleceu no Brasil na segunda metade do Dezenove, a “catolicidade” ancestral da cultura brasileira, a certa tradição marxista na academia até os anos oitenta, bem como a própria retração do protestantismo em ganhar visibilidade em função da sua condição de religião minoritária, recebido no início com a desconfiança e hostilidade da sociedade.²

O Manifesto opera através do que Durverger chamava de “estratégia de camuflagem”, através da qual o discurso político aparece vazado em linguagem religiosa. Portanto, a dimensão confessional da crença protestante, sua pertinência com a sociedade brasileira e **** são evidenciados no Manifesto. Os evangélicos

Confirmam, confessam e aceitam de todo coração o Credo Apostólico... a Santa Escritura interpretada por si mesma com auxílio do Espírito Santo...

Os cristãos evangélicos brasileiros crêem, propagam e defendem em boa consciência os Sagrados Princípios: - “Uma Igreja Livre no Estado Livre” – e a “Liberdade plena de cultos e de consciência para todos os cidadãos dentro da **lei** e da **ordem**” ... e se baterão sempre, por todos os meios lícitos, e pacíficos.

Protestam e protestarão sempre contra qualquer quebra desses elevados axiomas cívicos por um Governo republicano, porquanto a interferência de credos nos negócios privativos do Estado ou vice-versa, significa flagrante desacato à consciência livre dos cidadãos, agravo á lei e lamentável confusão de poderes legítimos e perfeitamente distintos, separados e autônomos em suas esferas de atuação.

... respeitam e acatam todas as pessoas, sem distinção de credo religioso. Combatem, porém, ... tudo quanto, em sã consciência, julguem erro de fé e da prática, tudo que considerem aberrante da boa moral e dos puros costumes. Neste ponto a deixes discursiva é clara: “... executam, com máximo empenho, todas as *obras boas*, de *valor moral* e social... trabalham pelos *direitos iguais* e *justiça completa* em *todas as camadas sociais*...” (grifos nossos)

Revedo as hipóteses de Mendonça nossas pesquisas preliminares sugerem que mesmo anunciando retoricamente uma “neutralidade” política, bem como mantendo o esforço para preservar a mencionada discrição que não alimentasse a hostilidade, o protestantismo usou mecanismos vários, para se “fazer presente” nos diversos momentos nacionais, sobretudo aqueles de crise política. Foi assim com o Império, com

² Ao fim do século XIX todas as Missões protestantes já se encontram em atividade no Brasil, e com o fim do império, já contando com importantes adesões à sua pregação, inclusive pela presença de ex-sacerdotes romanos; com o aparecimento de um clero nacional e com as mudanças sócio-políticas resultantes da República; além da experiência de sua nova condição jurídica e da retração na atividade política da Igreja católica, o protestantismo experimentou seu período de desenvolvimento das suas igrejas e de amadurecimento das suas instituições eclesiásticas.

a república, com o movimento de trinta, com o fim do Estado Novo, interdito a Carlos Luz, com o movimento militar de 64, etc.³

Porém, a ausência destas discriminações legais, e o favorecimento jurídico dos cristãos não-católicos, não significava a ausência de hostilidades, passando a Igreja Católica a servir-se de instrumentos sociais restritivos, deslocando as perseguições do pólo jurídico para o sociológico. A literatura apologética católica se referia ao protestantismo como “mercenários da fé, aliados de missões estrangeiras que visam roubar a nação, traidores da pátria, desnacionalizadores disfarçados, heréticos e hereges, gente desunida, expoliadores dos sãos princípios da moral, povos sem fé e sem civismo...”, que o Manifesto se dispõe a contestar afirmando que “tentam [espíritos levianos] aproveitar o momento em que a pátria se renova, para implantarem contra os evangélicos nacionais o regime de aversão, de antipatia, de ódio”, portanto era necessário demarcar posição e “Confiado no alto critério do povo” os protestantes se pronunciavam pelo “Presente Manifesto afim de esclarecermos a nação” que:

Não mantém... relação política com Igrejas, Missões, Instituições, ou Governos Estrangeiros... [existindo] dentro das leis da República
As missões estrangeiras empregam no país vastos recursos para a obra de evangelização e de educação religiosa e cultural e auxiliam, quando possível, as igrejas nacionais nesses mesmos objetivos.

A estratégia missionária para a América Latina que resultou das assembléias de Edimburgo (1910) e Panamá (1916) e que teve como principais decorrências o surgimento de diversas entidades de cooperação; e a proliferação da obra social, - médica e educativa, principalmente - do protestantismo em geral, e no Brasil em particular.

Ao lado disso a reconhecida emergência de um clero nacional, imbuído de sentimentos nacionalistas, a ascensão social resultante de uma maior educação esteve na gênese dos sentimentos nativistas e da procura pela demarcação de canais de participação política, e a sua inserção no debate sobre a construção da nova Ordem Social republicana.

Da análise de conjuntura da ebulição social de 30 o manifesto compreende que “sem dúvida é para o Brasil o momento histórico... hora de renovação e de idéia...” na

³ Por exemplo, na questão religiosa através de sua imprensa, pela visita de Aristides Lobo a William Bagby (líder da Missão Batista) nas vésperas da República, e vários pronunciamentos públicos da Confederação Evangélica do Brasil. (Cf. Santos, 2001)

qual “não se pode fugir as responsabilidades cívicas” uma vez que os “evangélicos jamais desertarão do seu posto de honra e fé *patriótica*” na “ hora solene das definições”. Neste contexto, o protestantismo também procurava canais de participação política. Quase nenhuma era atração pelas organizações de esquerda,⁴ pelo seu “ateísmo” e pela perseguição aos cristãos que se verificava nos países comunistas. Com declarada opção pelo modelo da democracia liberal, a separação igreja-estado e pela pluralidade religiosa.⁵ Assim,

Os cristãos evangélicos brasileiros desejam ardentemente, como medida de justiça, de idealismo republicano e de civismo, que a Constituição do Brasil Novo, consagre, reafirme e enalteça, na Constituição futura o lapidar artigo 72, e parágrafos da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, sem acréscimos nem subtrações.⁶

2.O Discurso Protestante: o projeto

Parte expressiva dos debates era originária do enfrentamento sobre a instituição do ensino obrigatório da religião nas escolas públicas, idéia proposta como emenda constitucional em 1925, e mesmo não prevalecente foi adotada como bandeira pela Igreja Católica, através do Centro D. Vital, da *intelligentia* católica e pelas LECs, provocando ampla mobilização protestante e dos defensores do laicismo do Estado.

Religião ainda minoritária desde o Império administrando e tensões culturais com o modelo nacional, o discurso protestante se erigia a partir da contra-propaganda defensiva, uma vez que o protestantismo brasileiro, como vimos, era descrito na polêmica religiosa como contrário aos interesses nacionais e imperialistas. O Manifesto reafirma sua defesa afirmando tese contrária, que “*os evangélicos brasileiros[são] agradecidos a Deus por esta grande pátria [e] jamais desertarão de seu ponto de honra, considerando que fala ao povo que é o seu povo, à gente que é sua gente*”.⁷

A segunda ênfase que o Manifesto traduz é em torno da tríade civismo, compromisso com a Ordem e submissão ao aparato legal, recorrentemente mencionados no Manifesto como se verifica nas assertivas

⁴ Embora comunistas hajam sido objeto de sanções eclesiásticas em suas igrejas, houve sempre iniciativas particulares associadas ao pensamento de esquerda. Sobre esta questão ver o interessante estudo de Emerson Lucena. 2006

⁵ Esta pluralidade de cultos não era extensa o bastante para incluir os cultos afro-brasileiros, por razões pertencentes à sua própria época.

⁶ Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

⁷ O Memorial tomado aqui como referência, embora apresentado em 1931, pode ser considerado documento-síntese do projeto protestante enunciado em ocasiões diversas no período do nosso estudo, como sugerem as pesquisas exploratórias.

Evangélicos têm ...mantido *com entusiasmo* e fé os elevados ideais **cívicos** e finalidades da *República Brasileira*. Tudo quanto nela visa o soerguimento da nação, a unidade da família nacional, a plena liberdade de consciência, o império da **lei e da ordem** da pátria a grandeza espiritual, moral e política do Brasil, - tudo isso tem sempre, nos crentes evangélicos *colaboradores irredutíveis, leais, fieis, unidos*. (grifos nossos)

Igualmente o compromisso se afirma com a ordem republicana e com a submissão as autoridades instituídas: ...dentro da lei e da ordem... [pois] sua esfera é precipuamente espiritual. Ordena acatamento as autoridades reconhecidas e só admite a defesa de direitos ofendidos pelos meios legais e legítimos.

Mas o Manifesto avança e indica um projeto político muito mais elaborado, com caráter propositivo, sob a égide da moral religiosa, como seja:

Trabalham pelos direitos iguais e justiça completa para todos os homens em todas as camadas sociais; pela proteção à família exigindo-se o mesmo grau de pureza tanto para os homens como para as mulheres, leis uniformes sobre o divórcio, regulamentação apropriada sobre os casamentos e habitações convenientes para as famílias, pelo desenvolvimento o mais completo possível para da criança, principalmente pela instrução e recreação apropriadas; pela abolição do trabalho operário de crianças; pela regulamentação das condições de trabalho para mulheres de modo que seja salvaguardada a saúde física e moral da sociedade; pelo esforço afim de minorar e prevenir o desenvolvimento da pobreza; pela proteção do indivíduo e da sociedade contra os prejuízos sociais, econômicos e morais do comércio de bebidas alcoólicas, pela conservação da saúde; pela proteção de operários contra machirismos perigosos; pelo direito de todos os homens a uma oportunidade de manutenção próprias; pela proteção deste direito contra toda espécie de usurpação e pela proteção dos operários contra os prejuízos de trabalhos forçados; por uma legislação apropriada sobre a velhice dos operários e sobre os incapacitados por desastres; pelo direito dos patrões e empregados de igualmente se organizarem para meios adequados de conciliação e arbitragem, no caso de disputas industriais; pelo descanso de um dia em sete; pela redução gradual e razoável das horas de trabalho até o mínimo praticável com o grau de descanso necessário para a melhor condição e uma vida mais eficiente; pelo salário necessário a vida como o mínimo em toda a indústria, e pelo salário máximo que cada industrial possa pagar; por nova ênfase na aplicação dos princípios cristãos sobre a aquisição e uso de propriedades e pela divisão mais equitativa possível dos produtos da indústria; por uma leal obediência às leis e acatamento às autoridades constituídas dentro dos princípios cristãos; pelo respeito ao direito do voto e pelo exercício conveniente do mesmo; por uma compreensão nítida da necessidade de se lutar contra as mentiras convencionais no comércio, no lar, na política e em todas as relações sociais.

Porém, pelas razões já indicadas, e por convicção, não convinha ao protestantismo colocar-se na arena política, como sujeito político que atraísse visibilidade. Por isso, ao mesmo tempo em que indica os referenciais de conduta política dos seus fiéis, apresenta-se infenso a militância política, enquanto instituição, e afirma:

A Igreja Evangélica nacional, em todos os seus ramos, não tem política coletiva nem faz obra partidária⁸. Dá liberdade aos seus membros de, individualmente, em consciência⁹ e dentro da lei e da ordem exercerem todos os deveres cívicos, mas a igreja não milita politicamente porque a sua esfera é precipuamente espiritual. (grifo nosso)

Mas mesmo havendo colocado a sua disposição de opor-se aos regramentos políticos que atentassem contra a liberdade, de consciência em particular, ocorre imediatamente no esforço de não se caracterizar como dotado de índole revolucionária, contestatória, e para isto *ordena o acatamento às autoridades reconhecidas e só admite a defesa dos direitos ofendidos pelos meios legais e legítimos.*

Era importante para as lideranças eclesiais protestantes, manter o controle sobre a iniciativa dos seus fiéis, enquanto afirmava-se infenso a ação política institucionalizada, uma vez que algumas iniciativas começavam a ganhar expressão no ambiente protestante no sentido de uma militância mais ativa. Articulista e polemista politizado, Nicolau do Couto Esher se candidatou mais de uma vez a cargos eletivos, porém sem sucesso, apesar de ter recebido 33.000 votos em pleito para Deputado por São Paulo e também foi o organizador com L. F. Moraes, L. Brasil Portieri, Aureliano Fonseca, Otaviano J. Rodrigues, O. Carvalho, e Jairo Marcondes Trigo da União Evangélica Cívica Paulista, em 1936.

Vários ministros e leigos protestantes estiveram associados ao Movimento Nacional Pró-Estado Leigo, em meados dos anos 20, em alguns casos exercendo sua liderança, como o pastor congregacional João Clímaco Ximenes, em Campina Grande, Paraíba.

Este aumento da militância política dos protestantes levou, não acidentalmente, o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil a decidir-se, em 1928, pelo veto a militância política dos seus ministros nos seguintes termos:

⁸ O que não impediu a organização de um partido político protestante em 1945. Ver SANTOS, João Marcos Leitão. *Protestantismo e Política Partidária no Brasil. O Partido Republicano Democrático*. Dissertação (Mestrado em Teologia – Área: história do Cristianismo). Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil. Recife, 2005

⁹ Mas esta liberdade era restrita. A exemplo disto, O Sínodo da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil-IPI, estabeleceu em 1936 e reeditou em 1955, uma Declaração Sinodal sobre o Comunismo, que anunciava no preâmbulo: "Considerando o momento caótico do mundo e os movimentos de idéias perigosas que apelam para as mentes cristãs e por vezes delas se apoderam, o Sínodo da Igreja Presbiteriana Independente, declara contrário aos princípios da Reforma, - que ele crê princípios decorrentes do Novo Testamento - qualquer movimento político e social que der os seguintes resultados" e lista onze objeções à prática política totalitária. Este óbice também se estabelece no âmbito das comunidades locais onde o veto às vezes era explícito.

O S. C. afirma: 1º - que o ministro não pode interferir numa campanha política sem prejuízo de sua obra evangélica e influência espiritual; 2º - que precisa conservar-se neutro numa questão em que os membros da Igreja estão divididos; 3º - recomenda que os crentes exerçam seus deveres cívicos e políticos. (NEVES, 1950, p. 38).

Na década seguinte a Assembleia Constituinte de 1933 assistiu a ação em seus quadros do pastor metodista Guaracy da Silveira, que em tinha ampla base eleitoral entre os portuários de Santos. (SANTOS, 2005).

Considerações finais

A máxima de Delumeau “...há que se buscarem causas religiosas numa revolução religiosa” (DELUMEAU, 1989, p. 195) é reconhecidamente fundamental nos estudos da história religiosa, mas as imbricações entre religião e política também se colocam como ícones na vida social, como bem indica Bièler que “toda Religião induz a política; toda política oculta uma crença” (BIÈLER, 1990, p. 7).

O protestantismo, além de um sistema religioso, cedo se constituiu em ideologia política, em cosmovisão, associado em vários aspectos ao ambiente moderno, isto trouxe como decorrência que a propagação da doutrina protestante incidisse sobre um modelo de sociedade e de organização política (SANTOS, 2008).

A expansão missionária do século XIX não foi isenta desta associação, e a convicção do protestantismo que a sua forma de cristianismo era *superior*, fazia com que também se imaginassem beneficiária dos povos, segundo a velha tese do destino superior das culturas protestantes.

Na experiência brasileira estes expedientes não foram abandonados, e o empreendimento missionário estadunidense, em sua maioria, desejava promover junto com adesão religiosa dos brasileiros, mudanças estruturais na sociedade brasileira. Todavia, nossa matriz ibero-católica se colocava como um obstáculo adicional. Porém, desde os momentos inaugurais do Brasil independente, inseriu a ideologia associada ao protestantismo nos debates sobre a organização da sociedade brasileira.

Os esforços do catolicismo em garantir os seus antigos padrões de influência que vinha se manifestando ao longo da década de 20, associados à ruptura da ordem inaugurada em 30, estimulou a organização protestante e lhe impôs a afirmação de sua presença social dentro de limites conhecidos do seu estranhamento cultural e sua condição minoritária, o que o Manifesto de 1931 veio a traduzir, como apresentamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIÈLER, André. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- CARVALHO, Adalberto Dias de. *Epistemologia e ciências da educação*. Porto: Afrontamento, 1996.
- CRABTREE, A. R. *História dos batistas no Brasil até o ano de 1906*. São Paulo: casa Batista, 1937.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DURVERGER, M. *Introdução à política*. Lisboa: Studios Cor, sd.
- LIMA, J. C. Alves de. *Recordações de Homens e Causas do Meu tempo*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1926.
- LUCENA, Emerson Correia de. *Comunistas Graças a Deus. Protestantes e Comunistas em Paulista-PE*. Monografia. (Especialização em Ensino de História e das Artes) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2006
- MARIA, Júlio. *A Igreja e a República*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MENDONÇA, A G. *O Celeste Porvir. A inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1983.
- _____. República e pluralidade religiosa no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.59, p. 144-163, setembro/novembro 2003
- MESQUITA, Zuleica (org.). *Evangelizar e Civilizar – Cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: Unimep, 2001.
- NEVES, A. *Digesto Presbiteriano*. São Paulo: CEP, 1950.
- RAMALHO, J. P. *As características pedagógicas dos colégios protestantes e as categorias ideológicas do liberalismo*. Curso de História do protestantismo na América Latina, CEHILA/FTIMB, São Paulo, 1989. Mimeo.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973
- _____. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981
- SANTOS, João Marcos Leitão. A Contribuição Protestante à Educação no Brasil. *Tópicos Educacionais*. Recife, v. 17, n. 1-3, 2007 p. 113-153.

_____. *Protestantismo e Política Partidária no Brasil. O Partido Republicano Democrático 1945-1948 – Um Partido Protestante*. Mestrado (Dissertação de Mestrado em Teologia – Área de Concentração: História do Cristianismo), Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Recife, 2005

_____. *A Ordem Social em crise. A inserção do protestantismo em Pernambuco, 1860-1891*. Tese. Doutorado em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. *Protestantismo e Política no Brasil. Parlamentares Protestantes na Câmara Federal 1946-1964*. *POLÍTICA HOJE. Revista do Mestrado em Ciência Política*. UFPE, Recife, 2001, Ano 7, n. 11, pp. 235-264.

_____. *O protestantismo e a Revolução de 30*. In MELLO, J. O. A.; RODRIGUES. C. J. L.; SANTOS; J. M. L. (Org.). *1930 a Revolução que mudou a História do Brasil*. Campina Grande, EdUEPB, 2007, pp. 59-82.